

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2017 (Em milhares de reais)																																																																													
<p>equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo. Quando o valor residual contábil do ativo excede seu valor recuperável, é reconhecida a redução (provisão) do saldo contábil desse ativo ("impairment").</p> <p>3.8. Demais ativos circulantes e não circulantes Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.</p> <p>3.9. Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.</p> <p>A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.</p> <p>3.10. Demais passivos circulantes e não circulantes Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos.</p> <p>3.11. Reconhecimento de receita A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:</p> <p>a) Venda de produtos e mercadorias A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.</p> <p>b) Receitas financeira A receita financeira é reconhecida pro-rata die pelo regime de competência, usando o método da taxa de juros efetiva.</p> <p>3.12. Impostos a) Imposto de renda e contribuição social - correntes Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço e gera receita tributável. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou na reserva de ajustes de avaliação patrimonial, reconhecidos líquidos desses efeitos fiscais.</p> <p>A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência, portanto, quando aplicável, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.</p> <p>b) Imposto de renda e contribuição social - diferidos Imposto diferido é gerado por prejuízos fiscais e diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que são esperadas a serem aplicáveis no ano em que o passivo liquidado, baseado nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.</p> <p>Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.</p> <p>c) Subvenções e assistências governamentais Por intermédio da Resolução de número 2 de 24 de abril de 2013</p>	<p>- Secretaria da Fazenda do Estado do Pará, publicadas em 30 de dezembro de 2013 e com vigência a partir de 30 de dezembro de 2013 a Companhia obteve incentivo fiscal de ICMS de crédito presumido de 95% sobre suas operações de vendas interestaduais e redução na base de cálculo para operações internas.</p> <p>d) Imposto sobre vendas de produtos e serviços prestados Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; • Quando os valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e • O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. <p>Os tributos (ICMS, PIS e COFINS) são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado e os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS/COFINS são deduzidos do custo dos produtos vendidos na demonstração do resultado.</p> <p>3.13. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e pelo CPC No exercício corrente, a Companhia avaliou diversas emendas e novas interpretações às "International Financial Reporting Standards - IFRS" e aos CPCs, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2018, e nenhuma delas trouxe impactos relevantes às demonstrações contábeis da Companhia.</p> <p>As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor.</p> <p>IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes) A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que ela espera receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente nas IFRS e nos princípios de contabilidade geralmente aceitos nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") quando for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2018. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Companhia avaliou e não há impacto nas demonstrações contábeis e em suas divulgações referentes ao IFRS 15.</p> <p>Adicionalmente, não se espera que as seguintes novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Alterações à IFRS 10 e à IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture); • IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações - Alterações à IFRS 2; • IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil; • IFRS 17 Contratos de seguro; • Transferências de Propriedade para Investimento - Alterações à IAS 40; • Melhorias anuais do Ciclo 2015-2017 (emitido em dezembro de 2017); • Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro - Alterações à IFRS 4; • Interpretação IFRIC 22 Transações em moeda estrangeira e adiantamento de contraprestação; e • Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda. <p>Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.</p> <p>4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas Na aplicação das políticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos que não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente como exercícios futuros.</p> <p>A seguir são apresentados os principais julgamentos e estimativas contábeis:</p>	<p>a) Reconhecimento da receita de vendas A Administração da Companhia levou em consideração o critério detalhado de reconhecimento da receita oriunda da venda de produtos e, em particular, se a Companhia havia transferido ao comprador os principais riscos e benefícios da propriedade dos produtos. Após a quantificação criteriosa do passivo da Companhia relativo ao trabalho de retificação e das limitações acordadas a respeito da possibilidade de os clientes solicitarem trabalhos adicionais ou a substituição dos produtos, a Administração concluiu que os principais riscos e benefícios foram transferidos e que seria apropriado o reconhecimento das receitas no exercício corrente (nota explicativa nº 3.11).</p> <p>b) Redução dos valores de recuperação dos ativos Nas datas dos balanços, a Companhia revisa os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis, avaliando a existência de indicadores de que esses ativos têm sofrido redução em seus valores de recuperação (valor em uso).</p> <p>Na existência de tais indicadores, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo por meio do cálculo do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. Em 31 de dezembro de 2017 e 2016 a Companhia não apresentou indicadores (nota explicativa nº 3.7).</p> <p>c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa Constituída com base no critério descrito na nota explicativa nº 3.3.</p> <p>d) Provisão para riscos trabalhistas, cíveis e tributários As provisões constituídas para processos judiciais que representam perdas prováveis são estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda é amparada pela opinião dos consultores jurídicos da Companhia. (nota explicativa nº 3.9).</p> <p>e) Valor justo dos ativos biológicos Representa o valor presente dos fluxos de caixa líquidos estimados para estes ativos, o qual é determinado por meio da aplicação de premissas estabelecidas em modelos de fluxos de caixa descontados (nota explicativa nº 3.6).</p> <p>5. Caixa e equivalentes de caixa Os saldos de caixa e equivalentes de caixa contemplam numerários em caixa, saldos em bancos e investimentos de liquidez imediata. Os saldos estão demonstrados pelo valor de custo acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas até a data das demonstrações contábeis.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e bancos</td> <td>39</td> <td>28</td> </tr> <tr> <td>Aplicações financeiras (*)</td> <td>22</td> <td>15</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td>61</td> <td>43</td> </tr> </tbody> </table> <p>(*) Aplicações financeiras referem-se a instrumentos financeiros de curto prazo (Letra de Arrendamento Mercantil - LAM) em 2017 (CDB's em 2016), os quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insubstituível risco de mudança de valor, resgatáveis em período menor que 90 dias da data de contratação dos instrumentos. Por essa razão foram classificados como equivalentes de caixa.</p> <p>Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a título de crédito de investimento remunerados à taxa média de 100% do CDI em 2017 (101% do CDI em 2016).</p> <p>6. Contas a receber de clientes</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Contas a receber nacional</td> <td>1.512</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Contas a receber exterior</td> <td>2.085</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Outros</td> <td>162</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.759</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</td> <td>(30)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.729</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o saldo das contas a receber tinha a seguinte composição por idade de vencimento:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>A vencer</td> <td>2.751</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Vencidos:</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Até 30 dias</td> <td>781</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>De 31 a 60 dias</td> <td>144</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>De 61 a 90 dias</td> <td>46</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>De 91 a 150 dias</td> <td>10</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Acima de 150 dias</td> <td>27</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td></td> <td>3.759</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>2017</th> <th>2016</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo inicial em 01 de janeiro de:</td> <td>-</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Adições (complementos)</td> <td>(248)</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Baixa (consumo/reversões)</td> <td>218</td> <td>-</td> </tr> <tr> <td>Saldo final em 31 de dezembro de:</td> <td>(30)</td> <td>-</td> </tr> </tbody> </table> <p>A Administração da Companhia entende que as perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa são suficientes para resguardar quanto a eventuais perdas no recebimento das contas a receber de cliente. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi reconhecida conforme a nota explicativa nº 3.3.</p>		2017	2016	Caixa e bancos	39	28	Aplicações financeiras (*)	22	15	Total	61	43		2017	2016	Contas a receber nacional	1.512	-	Contas a receber exterior	2.085	-	Outros	162	-		3.759	-	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30)	-		3.729	-		2017	2016	A vencer	2.751	-	Vencidos:			Até 30 dias	781	-	De 31 a 60 dias	144	-	De 61 a 90 dias	46	-	De 91 a 150 dias	10	-	Acima de 150 dias	27	-		3.759	-		2017	2016	Saldo inicial em 01 de janeiro de:	-	-	Adições (complementos)	(248)	-	Baixa (consumo/reversões)	218	-	Saldo final em 31 de dezembro de:	(30)	-
	2017	2016																																																																											
Caixa e bancos	39	28																																																																											
Aplicações financeiras (*)	22	15																																																																											
Total	61	43																																																																											
	2017	2016																																																																											
Contas a receber nacional	1.512	-																																																																											
Contas a receber exterior	2.085	-																																																																											
Outros	162	-																																																																											
	3.759	-																																																																											
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(30)	-																																																																											
	3.729	-																																																																											
	2017	2016																																																																											
A vencer	2.751	-																																																																											
Vencidos:																																																																													
Até 30 dias	781	-																																																																											
De 31 a 60 dias	144	-																																																																											
De 61 a 90 dias	46	-																																																																											
De 91 a 150 dias	10	-																																																																											
Acima de 150 dias	27	-																																																																											
	3.759	-																																																																											
	2017	2016																																																																											
Saldo inicial em 01 de janeiro de:	-	-																																																																											
Adições (complementos)	(248)	-																																																																											
Baixa (consumo/reversões)	218	-																																																																											
Saldo final em 31 de dezembro de:	(30)	-																																																																											